

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA LAGOA DO BEBEDOURO PARA A COMUNIDADE SÃO VICENTE DE PAULA PARNAÍBA-PIAUÍ-BRASIL

PATRIMONIAL EDUCATION: REFLECTIONS ON THE IMPORTANCE OF THE LAGOA DO BEBEDOURO FOR COMMUNITY OF SÃO VICENTE DE PAULA PARNAÍBA-PIAUÍ-BRAZIL

Suzana Maria Araújo Veras¹
Áurea da Paz Pinheiro²

RESUMO

O presente artigo traz em seu escopo uma pesquisa de relevância social, ressalta a importância das relações humanas com a natureza, uma visão macroeconômica, sustentabilidade em face das ações com o meio ambiente e suas consequências. Elencando objetivos; conhecer a importância da Lagoa do Bebedouro para a Comunidade São Vicente de Paula, Parnaíba-PI-Brasil. Identificar comportamentos humanos, preservação, deterioração, impactos. Analisar as diversas formas de utilização das águas no sustento da comunidade. Contempla uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, etnográfica, entrevista com 50 (cinquenta) moradores, com aplicação de questionários com jovens do Programa Projovem Adolescente do Centro de Referência da Assistência Social CRAS. Observação direta, com visita *in loco*, e indagar os fatores que contribuem para o abandono do ecossistema, ausência das políticas públicas. Na análise dos resultados, 100% dos entrevistados consideram a lagoa importante para a comunidade, 50% desconhecem os problemas ambientais, história. Nesse contexto o Meio Ambiente consiste nas relações complexas natureza e homem, equilíbrio, convivência harmônica, sobrevivência das espécies, que interligados num pensamento sistêmico, remete ao Patrimônio e particularidades. A Educação Patrimonial proporciona uma reflexão nas relações sociais intrínsecas, conhecimentos, saberes, experiências, valorização, salvaguarda do Patrimônio Cultural, com o advento da globalização.

1 Graduada em Pedagogia-UESPI-PI. Graduada em Ciências Sociais-Sociologia UFPI-PI. Graduada em Direito UNINASSAU-PI. Pós-graduada em Educação e Meio Ambiente-FACET-PI. Pós-graduada em Direito Civil e Processual Civil. Mestranda em Artes Patrimônio e Museologia Universidade Federal do Piauí- UFPI. E-mail: suzanaveras@hotmail.com

2 Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Pós-doutorado Ciências da Arte e do Patrimônio, Especialidade Museologia, Universidade de Lisboa, Portugal. Professora da Universidade Federal do Piauí, Brasil. Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia Universidade Federal do Piauí, Professora Colaboradora no Mestrado em Museologia e Doutorado em Belas-Artes na Universidade de Lisboa. E-mail: aureapinheiro@ufpi.edu.br

Palavras-Chave: Educação Patrimonial. Meio Ambiente. Sustentabilidade. Globalização.

ABSTRACT

The present paper brings as its scope a search about social relevance, projects on the importance of human relationships with nature, a macroeconomic vision, sustainability in the face of environmental actions and their consequences. Emphasizing goals, to know the importance the Lagoon of the Bebedouro for the Community São Vicente de Paula Parnaíba-PI-Brazil. Identify human behaviours, preservation, decay, impacts. Analyze the various forms of use of the waters in the support of the community. It includes a bibliographical research, qualitative, ethnographic interview with 50 (fifty) residents, with application of questionnaires with teens the Projovem Teenagers Program the Center of reference of Social Assistance CRAS. It brings direct observation, with on-the-spot visit and investigate the factors that contribute to the abandonment of the ecosystem, the absence of public policies. In the analysis of the results, 100% of respondents consider the lagoon important to the community, 50% don't know the environmental problems, history. In this context the environment consists of the complex relationships, balance between man and nature, harmonic coexistence, survival of the species, which are interconnected in systemic contemplation, refers to heritage and particularities. The heritage education provides a reflection on social intrinsic relationships, knowledge, know-how, experience, safeguarding the Cultural Heritage, with the advent of globalization.

Key words: Patrimony Education. Environment. Tenability. Globalization.

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Educação Patrimonial é um marco histórico no cenário brasileiro, e avanços no campo do Patrimônio Cultural, Natural, que proporciona novas perspectivas de entendimentos, uma visão holística sobre os bens culturais, para a valorização, preservação, conservação e restauração.

Atualmente a preocupação com o meio ambiente envolve toda sociedade, partindo desse princípio, se amplia os pensamentos nessa temática, e surgem novas possibilidades de conhecimentos, com a Educação Patrimonial (EP) e Educação Ambiental (AE), que caminham em sintonia, no envolvimento com patrimônio cultural e natural, importante em todas as camadas sociais.

Nesse sentido, precisam de uma maior visibilidade quando inseridas nos currículos escolares, como tema transversal, interdisciplinar, multidisciplinar, pois, a escola como instituição social, deve cumprir com responsabilidade o seu papel político, utilizando de forma adequada essas ferramentas de transformação social.

Desta forma na sociedade contemporânea, muitos indivíduos con-

tribuem para a valorização do patrimônio cultural e natural, que envolve cuidados específicos, de responsabilidade, pois, como produtores de culturas estão inseridos no contexto global, que envolve toda a natureza, seus ecossistemas, considerados importantes para a preservação dos seres vivos. Porém, esses patrimônios sofrem constantes degradações, advindas das ações humanas, que interferem diretamente nas formas de manifestações de vida e ciclo de existência. A água, o solo, o ar, são elementos indispensáveis para a vida dos seres vivos, portanto são necessários os devidos cuidados com o Planeta Terra, principalmente com os mananciais de água doce, que são a matriz da vida, fontes primárias que formam os rios e afluentes, lagos, lagoas e a água salgada que compõe os rios e mares.

Nesse contexto, a água está em permanente escassez, devido aos impactos das ações humanas com a degradação ambiental, que causa vários problemas para todos os que contribuem, e os que não contribuem com esse caos. Considerando também em várias partes do mundo, que a água é poluída, imprópria para o consumo humano, sendo necessária uma reflexão profunda, para a preservação, conservação desses mananciais.

Morin (1985) todos estão interligados em redes de vida, tecendo juntos com os elementos da natureza nessa cadeia de sobrevivência, e depende uns dos outros, o que implica essa interação sólida, em face das atitudes de falta de cuidado, respeito com a Mãe Natureza.

Freire (1996) essa problemática recorrente envolve uma reflexão-ação, sobre os problemas que se apresentam e que interferem na dinâmica da vida, para a busca de soluções que envolvem toda a humanidade.

Segundo o autor, é necessário compreendermos a necessidade urgente de uma reflexão na ação, destacando os problemas mais instigantes, que incomodam, porém, direcionando para as ações educativas, que são fundamentais para a melhor assimilação dos conhecimentos e suas práticas. Que a escola é um espaço de produção de culturas, troca de experiências e saberes, socialização, interação, contempla um aprendizado através de estudos e pesquisas. Para o autor é importante perceber que os discentes e docentes, devem compreender que os bens culturais são importantes e pensar em uma socialização não somente humana, mas com patrimônio cultural e natural de forma salutar, com sinergia de pensamentos e ações, a serviço da comunidade.

Segundo Reigota (1994), a educação ambiental deve ser entendida de forma ampla como educação política, pois ela reivindica, politiza os indivíduos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, auto-gestão e Ética nas relações sociais e com a natureza.

O autor nos faz refletir sobre o entendimento da educação ambien-

tal, que envolve os indivíduos num contexto social, a cidadania nacional e do planeta, e que todos possam ser responsáveis pelas suas ações, exercitando a Ética, o respeito ao binômio homem e natureza. Desta forma será primordial reconhecer, que todas as ações positivas são fundamentais e indispensáveis ao equilíbrio para a renovação da vida.

Conforme o autor o problema ambiental não está na quantidade de pessoas que existem no planeta, e que necessita consumir para atender suas necessidades básicas. Porém, nos faz perceber que o problema está no excesso de consumo desses recursos, levando em consideração o desperdício, a produção excessiva que envolve as relações econômicas, sociais, culturais, entre os homens e a natureza. Importante compreender os valores éticos nesse contexto, pois é um grande exercício para que a educação patrimonial e ambiental se fortaleça, pois, envolve os valores necessários para que aos indivíduos tenham consciência de suas ações e responsabilidades.

Também nos convoca pensar que, esses comportamentos humanos causam um distanciamento e estão imbricados nas ações tidas como racionais, mas as suas consequências são impactantes, graves, que exigem dos homens no presente e futuro respostas às práticas filosóficas, o que coloca o homem em uma situação de individualidade, solidão, que é preciso uma reflexão crítica para mudanças de comportamentos.

O trabalho foi realizado envolvendo várias etapas do projeto de pesquisa, com o objetivo de compreender as relações entre sociedade e natureza, direcionadas para a educação patrimonial e ambiental. Permitir reflexões sobre a importância da Lagoa do Bebedouro para a Comunidade do Bairro São Vicente de Paula, na cidade de Parnaíba-PI Brasil. Indagar quais as contribuições que este manancial de água doce traz para essa comunidade. E qual a relação entre Sociedade e Meio Ambiente? Como a população se relaciona e utiliza esse patrimônio natural?

A Pesquisa foi desenvolvida através de consulta bibliográfica, etnográfica, com a realização de entrevistas e aplicação de questionários de forma sistemática. Como também observação direta, visita *in loco* com registros fotográficos e anotações no diário de campo. Esse trabalho considera-se de uma relevância social, ao conhecer a realidade dessa comunidade, por meio da interação com alguns moradores e as atividades diversificadas que envolvem a pesca e o lazer praticados pelos indivíduos. Muitos consideram essenciais para a sobrevivência, mesmos que os graves problemas que a lagoa apresenta estão visíveis, devido aos impactos das ações humanas, como a poluição, lixo, desmatamento e outros.

Segundo relatos de moradores ribeirinhos, que foram entrevistados informaram 100% que a lagoa é muito importante para a comunidade,

mas que precisa atenção dos políticos, empresários, e que possa servir para a população de outras formas. E dos entrevistados 50% relatam que não conhecem os problemas e sua história. E acrescentam que a população deve ter cuidado em não jogar lixo na lagoa, pois, as águas ficam poluídas, e os mesmos não podem realizar suas atividades rotineiras, como a pesca e o lazer.

Percebeu-se que a lagoa é um verdadeiro ecossistema com uma diversidade de animais e plantas, que favorece a ampliação do conhecimento através da pesquisa e documentação. Nesse sentido desperta uma consciência patrimonial e ambiental, através da observação de seus problemas e suas potencialidades, formação dos valores éticos e da cidadania. Apesar dos impactos ambientais que a lagoa sofre pela ação do homem, ela resiste às intempéries do tempo, e as ações de degradação constantes desse patrimônio natural.

Portanto, várias atividades podem ser inseridas como a revitalização desse patrimônio como lazer, turismo, na geração de renda da comunidade, com a execução de projetos seja do setor público e privado, que possam viabilizar a cultura, dando um significado para esse território, e uma melhor qualidade de vida para a comunidade. Portanto o bairro é composto com pessoas simples, de pouca escolaridade, mas apresenta diversas vulnerabilidades, como subemprego, violência urbana, drogadição, e outros.

Conforme Morin (1985) o Meio Ambiente são as relações complexas entre sociedade e natureza, que são determinantes para o equilíbrio da vida e a comunhão dos indivíduos. O autor nos faz refletir, sobre as relações humanas que envolvem a Educação Patrimonial e Ambiental, os comportamentos, valorização do patrimônio material, imaterial e natural. Este equilíbrio se manifesta com mudanças de comportamentos na sociedade, através da educação em todos os sentidos, criando mecanismos de empoderamento que fomentem a economia e a sustentabilidade.

Acrescenta ainda que, a Educação Patrimonial/Ambiental (EPA) proporciona essa percepção global sobre a natureza, e do seu importante papel na diversidade na produção de Ciência e Cultura. Permite um momento de introspecção, frente às agressividades, causadas pela modernidade, meios de produção, consumo, desmatamento, e outros comportamentos em face da evolução das tecnologias e o advento da globalização.

1 A educação patrimonial e ambiental uma ação política

No Brasil muitas conquistas foram realizadas através de diversos movimentos, para discussão de propostas e tomada de decisões importan-

tes, para o reconhecimento do patrimônio cultural e natural, através de políticas para o meio ambiente, considerados importantes para a sociedade.

Segundo o Instituto Brasileiro de Arqueologia IAB (2019), a necessidade de valorização do patrimônio cultural se torna uma preocupação e surge fortemente com o movimento Modernista, no Brasil com o início em 1922, e na Europa na última década do século XIX, como “resposta” da sociedade à crescente industrialização e seu repúdio ao antigo, aqui utilizado no sentido de velho, velharia, antiguidade.

Considerando a esses avanços a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN) em 1936, um marco significativo, para a transformação dos pensamentos sobre o patrimônio cultural e posteriormente incorpora-se ao Instituto do Patrimônio Histórico e Natural IPHAN, criado em 13 de janeiro de 1937 através da Lei nº 378, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, com a incumbência de proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

De acordo com o Caderno da Política Nacional de Educação Museal, outros eventos importantes foram realizados para a consolidação da educação em Museus no Brasil, como elenca a Carta de Petrópolis (2010), que institui os subsídios para a construção de uma Política Nacional de Educação Museal, a Carta de Belém (2014), que elenca os Princípios e Parâmetros para a criação e implementação da Política Nacional de Educação Museal, a Carta de Olinda (2017), que assegura o processo consultivo de construção da Política nacional de Educação em Museus. E a Portaria nº422 de 30 de novembro de 2017 que dispõe da Política Nacional de Educação Museal PNEM, portanto essas conquistas fortaleceram a educação em museus importante para a visibilidade e conscientização do valor desses bens culturais.

A Constituição Federal de 1988 nos artigos 215 e 216 reconhece a existência dos bens de natureza material, imaterial e natural e as formas de preservação desse patrimônio, determina as normativas sobre o Patrimônio Cultural e Meio Ambiente, e penalidades.

Considerando também a criação de outras legislações, instituições e órgãos correlatos, com o objetivo de fortalecer as políticas patrimoniais e de meio ambiente, com orientações e responsabilidades, direcionados para esse campo no âmbito educativo.

Importante também, a criação do Ministério do Meio Ambiente, o Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA criado pela Lei Federal nº 6.938/81, que é um órgão colegiado brasileiro responsável pela adoção de medidas de natureza consultiva e deliberativa, acerca do Sistema Nacional

do Meio Ambiente. Desta forma fortalecendo a política para o campo ambiental, que se torna uma preocupação recorrente da sociedade.

Evidenciando outros eventos como a Conferência RIO-92 realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, um momento de discussão e entendimento de novas políticas para o patrimônio, o meio ambiente, desenvolvimento sustentável dos países, que marcou a maneira como a humanidade vê a sua relação com o planeta.

Acrescentando que a legislação brasileira no campo educacional apresenta avanços significativos como assegurar a inclusão da Educação Patrimonial, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional com a Lei n.º 9.394/96, elenca, no seu artigo 26, que a parte diversificada dos currículos dos ensinos Fundamental e Médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura. Portanto, abre espaço à construção de uma proposta de ensino voltada para a divulgação do acervo cultural em níveis estadual e municipal. O Ministério da Educação elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental, incluindo os chamados “temas transversais”. Entre eles, o patrimônio histórico e a Educação Patrimonial, pretendendo que estudantes brasileiros tenham oportunidade de vivenciarem temas referentes ao Patrimônio natural e cultural e possam entender suas diferenças:

A Educação Ambiental consiste, acima de tudo, em um ato político que busca promover uma mudança social, instituindo novos valores e promovendo a conscientização e o desenvolvimento de estudos e técnicas em prol da preservação ambiental, bem estar e melhoria nas relações entre os seres humanos e o meio ambiente (Carvalho, 2006, apud Cuba, 2010).

Para o autor, a Educação Ambiental, consiste em responsabilidades pelas ações individuais e coletivas, fundamentais para determinar os resultados positivos através das ações educativas na comunidade, assegurando a sustentabilidade para as futuras gerações. Que os indivíduos despertem para uma conscientização ambiental, os modos de relacionamentos, na solução de problemas que vão interferir em suas vidas e na natureza.

Segundo Reigota (1994) os cidadãos do mundo, atuando nas suas comunidades, é a proposta traduzida na fase dos ambientalistas: “Pensamento Global e ação local, ação global e pensamento local”. Para o autor é importante pensar e orientar a comunidade para a participação massiva dos indivíduos na resolução dos problemas, pois todos estão envolvidos nesse processo, pois, a Educação Ambiental crítica está intrínseca na uto-

pia de mudanças radicais, nessas relações homem e natureza.

O autor apresenta uma nova forma de conceber a educação ambiental, que envolve o pensamento crítico, nas relações homem e natureza, nos convida para o enfrentamento dos problemas e as possíveis soluções nas comunidades. Com atuação permanente num compromisso individual e coletivo, que seja passado para as novas gerações, um planeta equilibrado e esses indivíduos possam exercer o direito de viver com dignidade.

Diante dos diálogos dos autores a respeito do patrimônio natural, observa-se a falta de ações para a Lagoa do Bebedouro dos gestores da administração pública local, de ações coletivas. Porém, um espaço ocioso, gerando diversos problemas sociais, atingindo os bairros adjacentes, deixando a população apreensiva com a falta de segurança. Esse patrimônio que poderia ser utilizado a serviço da comunidade e usufruto, se descaracteriza pelas ações de abandono, e se transforma em espaço de ações contra a população. Diante da necessidade do reconhecimento da lagoa como um bem natural e de grande valia, relata com satisfação um dos moradores idosos da comunidade:



Fig.01. Observação direta (Suzana) ano 2018

Aqui no Bairro São Vicente de Paula tem um clima bom, povo é pobre. Tem essa riqueza mais precisa ser cuidada por todos nós e os políticos. A nossa Lagoa do Bebedouro nasce no local chamado Sabiazal e as águas vai descendo o sul até a pista que dá acesso ao bairro Joaz Souza. Ela mede uns de 3.200m e tem 3 km, profundidade de 2 metros no verão e no inverno até 6 metros. Ela sangra no inverno e alimenta o Rio Igarçu. Ela tem 06 (seis) olhos d'água o que dá um volume grande de água. Em 1963 secou, foi um período muito difícil

pra nós que mora aqui, é a única fonte de sobreviver. A canoa a gente usa bastante pra pescar, e aí tem muitos tipos de peixes, que nós come e vende lá na pista que passa na frente dela (pausa). É nossa sobrevivência, é tudo pra nós (pausa). (Relato de um morador. Transcrição de entrevista).

De Varine (2013), nós pertencemos a um patrimônio e a uma comunidade, do mais modesto e notável, tudo o que tem sentido para os indivíduos, o que herdamos, criamos, transformamos, transmitimos, é o patrimônio tecido de nossa vida. O autor nos permite adentrar as memórias para o reconhecimento de todo o trabalho, que se fez em um tempo na construção de uma identidade. Quando alerta para o patrimônio que herdamos, imprime a responsabilidade por esse patrimônio, que foi tecido em toda a existência como registro de vivências, saberes, conhecimento.

Desta forma a responsabilidade é coletiva, pois, sabemos que as ações humanas de degradação da natureza, vão gerar um caos planetário nesse patrimônio herdado. Acrescenta que o patrimônio deve ser utilizado a serviço do desenvolvimento local, na sustentabilidade, proporcionando aos atores sociais uma melhor qualidade de vida, e potencializando a geração de renda, e ações para a valorização, preservação e conservação desse patrimônio natural.

1.1 Os objetivos da educação ambiental

Diversos eventos foram proclamados para fortalecer a política ambiental, citemos a Carta de Belgrado, Iugoslávia (1975), promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura UNESCO, e afirmou textualmente:

Governos e formuladores de políticas podem ordenar mudanças e novas abordagens para o desenvolvimento, podem começar a melhorar as condições de convívio do mundo, mas tudo isso não passa de soluções de curto prazo, a menos que a juventude mundial receba um novo tipo de educação. Esta implicará um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre escolas e comunidades, e entre o sistema educacional e a sociedade em geral (Texto da Carta de Belgrado, 1975).

A referida carta buscou uma estrutura global para a educação ambiental, onde foram reunidos todos os objetivos indicativos de ambiente e educação, mencionados que seguem para confirmar o fortalecimento da

política ambiental:

- a. Conscientização – levar os indivíduos e os grupos associados a tomarem consciência do meio ambiente global e problemas conexos de se mostrarem sócias, significa que a educação ambiental deve chamar a atenção apenas para visualizar os problemas planetários que afetam a todos, pois a camada de ozônio, desmatamento da Amazônia, desaparecimento de culturas milenares etc. são questões só aparentemente distantes da realidade dos alunos.
- b. Conhecimento – levar os indivíduos e os grupos a adquirir uma compreensão essencial do meio ambiente global, dos problemas que estão a ele interligados e o papel e lugar da responsabilidade crítica do ser humano.
- c. Comportamento – levar os indivíduos e os grupos a adquirir o sentido dos valores sociais, um sentimento profundo de interesse pelo meio ambiente e a vontade de contribuir para a sua proteção e qualidade. Não adianta só falar do meio ambiente, mas também mudar os comportamentos individuais e sociais.
- d. Competência – levar os indivíduos e os grupos a adquirir o *savoir-faire* necessário à solução dos problemas. Nem todos têm a capacidade técnica para resolver os problemas ambientais. Reconhecer essa deficiência é um primeiro passo para superá-la. A educação ambiental pode auxiliar na superação, buscando meios técnicos e de especialistas para o entendimento da problemática e tomada de decisão.
- e. Capacidade de Avaliação – levar os indivíduos e os grupos a avaliar medidas e programas relacionados ao meio ambiente em função de fatores de ordem ecológica, política, econômica, social, estética e educativa. A educação ambiental deve procurar traduzir a linguagem técnico-científica para a compreensão de todos.
- f. Participação – levar os indivíduos e grupos a perceberem suas responsabilidades e necessidades de ação imediata para a solução dos problemas ambientais. Procurar nas pessoas o desejo de participar na construção de sua cidadania. E que entendam a responsabilidade, os direitos e os deveres que todos devem ter para uma melhor qualidade de vida.

2 Ciências naturais aplicabilidade e cidadania

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacional PCNs, o estudo das Ciências Naturais, durante muitos séculos o ser humano se imaginou no centro do Universo, uma visão etnocêntrica, com a natureza à sua disposição, e apropriou-se de seus processos, alterou seus ciclos, redefiniu seus espaços, mas acabou deparando-se com uma crise ambiental que coloca em risco todas as formas de vida no Planeta Terra.

Fazendo uma análise mais detalhada, é importante, portanto, que se supere a postura que apresenta o ensino de Ciências Naturais como sinônimos da mera descrição de suas teorias e experiências, sem refletir sobre seus aspectos éticos e culturais.

Na educação contemporânea, o ensino de Ciências Naturais com a relevância da ecologia, agroecologia, e afins, que podem reconstruir a relação ser humano/natureza em outros termos, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência social e planetária. Um conhecimento mais amplo sobre a vida e sobre sua condição singular na natureza permite ao aluno se posicionar acerca de questões polêmicas como os desmatamentos, as queimadas, o acúmulo de poluentes o efeito estufa e a manipulação gênica e outros.

Mais do que em qualquer época do passado, seja para o consumo, seja para o trabalho, cresce a necessidade de conhecimento a fim de interpretar e avaliar informações, até mesmo para poder participar e julgar decisões políticas ou divulgações científicas na mídia. A falta de informação científico-tecnológica pode comprometer a própria cidadania, deixada à mercê do mercado e da publicidade outras formas de interpretação e conhecimento.

Mostrar a Ciência como elaboração humana para uma compreensão do mundo é uma meta para o ensino em todas as etapas educacionais. Seus conceitos e procedimentos contribuem para o questionamento do que se vê e se ouve, para interpretar os fenômenos da natureza, para compreender como a sociedade nela intervém, utilizando seus recursos e criando um novo meio social e tecnológico.

É necessário favorecer o desenvolvimento de postura reflexiva e investigativa, de não aceitação, a priori, de ideias, informações, assim como a percepção dos limites das explicações, inclusive dos modelos científicos, corroborando para a construção da autonomia de pensamento na ação.

Considerando a importância da educação patrimonial e ambiental no ensino fundamental no Brasil, não se pode pensar no ensino de Ciências Naturais como um preparatório voltado apenas para o futuro distante, mas

agregando valores ao ser. Conhecer a natureza é ampliar possibilidades de participação social, desenvolvimento mental, viabilizar sua capacidade plena de exercício da cidadania.

3 Conceito de meio ambiente no contexto de educação patrimonial e ambiental

Segundo Reigota (1994) entende-se que todos os elementos que constituem o lugar, o espaço, onde o ser humano vive e forma o seu habitat, fazem parte do meio ambiente: além das paisagens naturais, as habitações das cidades e do campo, as estradas, as avenidas, etc. Percebe-se ao pensamento do autor, que alguns dos elementos formadores do meio ambiente, como a vegetação, os rios, os solos, etc., são produzidos diretamente pela natureza, outros, porém, são resultados da atividade humana, podendo assim, dividir o meio ambiente humano em meio ambiente natural ou paisagem natural e meio social ou cultural.

Segundo Silva (1997) é a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as formas.

Para o autor, uma visão analítica muitos acham que a Educação Ambiental restringe-se em trabalhar nas escolas ou outros lugares de aprendizagem, assuntos relacionados à natureza: lixo, preservação, paisagens naturais, animais, etc. Dentro deste enfoque, a Educação Ambiental assume um caráter basicamente naturalista. Atualmente, a Educação Ambiental assume um caráter mais realista, embasado na busca de um equilíbrio entre o homem e o ambiente, com vista à construção de um futuro pensado e vivido em uma lógica de desenvolvimento e progresso, e envolve a Educação Patrimonial, a Museologia social.

Na visão de Coimbra (2002) é a realidade complexa resultante da interação da sociedade humana com os demais componentes do mundo natural, no ecossistema planetário. Nesse contexto, a Educação Ambiental é ferramenta de educação para o desenvolvimento sustentável apesar de polêmico o conceito de desenvolvimento sustentável, tendo em vista ser o próprio “desenvolvimento” o causador de tantos danos sócio-ambientais. Ampliando a maneira de perceber a Educação Ambiental podemos dizer que se trata de uma prática de educação para a sustentabilidade. Para muitos especialistas, uma Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável é severamente criticada pela dicotomia existente entre “desenvolvimento e sustentabilidade”.

Afirma Sachs (1996) o todo ambiental compreende flora, fauna, pro-

cessos físicos naturais, biogeociclos, riscos naturais, utilização do espaço pelo homem, etc. Inclui o natural, e o ambiente social e todas as interações entre os elementos naturais e a sociedade humana.

Para o autor essa visão ampla, o meio ambiente abarca toda a natureza original e os elementos artificiais, incluindo os bens culturais correlatos, ou seja, há o ambiente natural ou físico construído por solo, água, ar, fauna e flora, e o ambiente artificial formado por edificações e equipamentos, representando tanto os assentamentos urbanísticos como as demais intervenções e alterações produzidas pelo homem.

Segundo o autor o estudo das relações entre seres vivos e o ambiente, nasceu da necessidade do homem compreender melhor o seu ambiente, suas particularidades e interações, importantes para a valorização dos animais e plantas, pois, a natureza necessita de boas intenções humanas, dela depende o futuro da humanidade.

4 Complexidade da Educação Ambiental (EA) e Educação Patrimonial (EP)

Segundo Freire (1996) da complexidade se faz necessário conviver com tensões, é preciso que haja ordem e desordem para haver renovação, logo é preciso que se revissem e até mesmo se refaçam os conceitos-chaves da educação ambiental: **transformação, conscientização, emancipação e exercício da cidadania**, para que se renove a partir de um “tecer juntos” Morin (1985). Para os autores a partir do pensamento complexo que é uma forma de perceber que não reduz, nem simplifica, mas une, fazendo uma nova tecedura entre o conhecido e o desconhecido, entre o convencional e o inovador, entre a ordem e a desordem.

[...] o problema não está em que cada uma perca sua competência. Está em que a desenvolva o suficiente para articular com os outros competências (disciplinas e conhecimento) que, ligadas em cadeia, formariam o anel complexo e dinâmico, o anel do conhecimento do conhecimento (MORIN 1985, p. 33).

Leff (2003) será possível vislumbrar uma dimensão transformadora e emancipatória de ambientalismo e de educação ambiental. Logo, tomando como base este novo paradigma, não é mais possível admitir reducionismos em termos de educação ambiental. Para o autor é importante admitir que os problemas ambientais se originem de práticas sociais equivocadas, que estão a exigir posturas que visem, além da mudança cultural e com-

portamental necessárias, uma transformação social, com vistas a atingir a tão sonhada mudança ambiental, no momento do comprometimento com a sustentabilidade:

A crise ecológica atual pela primeira vez não é uma mudança natural; é uma transformação da natureza induzida pelas concepções metafísicas, filosóficas, ética, científica e tecnológica do mundo. Nesse sentido, a solução da crise ambiental [...] não poderá dar-se somente pela via de uma gestão racional da natureza e do risco da mudança global. A crise ambiental nos leva a interrogar o conhecimento do mundo, a questionar esse projeto epistemológico que buscou a unidade, a uniformidade e a homogeneidade; esse projeto que anuncia um futuro comum, negando o limite, o tempo, a história; a diferença, a diversidade, a outridade[...] (LEFF 2003, p. 19, 20).

Segundo o autor a crise ecológica advém de uma transformação que a natureza sofre em virtude de comportamentos humanos no contexto econômico, social, cultural, ético, tecnológico, científico. A solução para todos esses problemas não poderá acontecer pela racionalidade e mudanças de forma global, mas através da reflexão sobre o mundo e novos questionamentos, como a diversidade, a diferença, a temporalidade para a transformação social.

A Educação Patrimonial e Ambiental em uma visão humanística proporcionam uma razão simples: a necessidade de sobrevivência. O objetivo definido pelo Referencial Curricular Nacional é observar e explorar o meio ambiente com curiosidade, percebendo-se como ser integrante do meio, independente, transformador e, acima de tudo, que tem atitudes de conservação.

Segundo Horta (1999), a educação patrimonial é um processo sistemático e contínuo de “alfabetização cultural”, que envolve os atores sociais, num sentimento de pertencimento pelos bens culturais. A autora enfatiza sobre a importância da consciência da valorização do Patrimônio Cultural e Natural, que envolve um processo com diversas etapas e sempre em continuidade, possibilitando a leitura de mundo feita pelos indivíduos.



Fig.02 Observação direta –aguapés (Suzana) ano 2018

Portanto essa leitura de forma global que permite visualizar as mudanças presentes na lagoa, como as suas águas turvas, de tanta agressão, a poluição, mas ela se mantém imponente oferecendo para a população o alimento através da pesca, como forma de sobrevivência. É um patrimônio natural que pertence a toda a sociedade, que sobrevive a todo tipo de impactos, mas se mantém na sua imponente, como forma de defesa e sobrevivência. Resistindo a todos os problemas provocados pelas ações humanas, como relata um dos moradores entrevistados, sobre a diversidade de animais que habitam nesse ecossistema, que assim se apresenta:

Aqui sempre a gente vê as pessoas jogando lixo das casas, e carroças também despejam muito lixo aí na lagoa. Mas nós vivemos da lagoa, a gente pesca, existe muitos peixes: tambaquis, piranhas, tilápias, carás, carpas, piaul, traíras, mandis, curimatãs, etc. E também tem muitos passarinhos e aves, a garças branca e azul, teteus, socós, patos d'água, etc. E muitas árvores coqueiros, mangueiras, carnaúbas. E outros animais; jacarés, cobras, caninana, cobra veado, cobra d'água, duas cabeças, sapos, camarão tachinha, grilos, gafanhotos, borboletas. Tem também várias plantas o capim, taboa, junco. Como tem muitas sanguessugas à gente toma muito cuidado na hora que pisar na lama. Outro problema que a gente vê é a fábrica do leite, que fica na as margens da lagoa, também despejam sobras de leite nas águas. E a Agespisa joga também na lagoa as águas de lavagem de seus tanques de tratamento da água da cidade. Tudo isso deixa a lagoa com sujeiras. Essa lagoa é muito importante pra nós, é dela que a gente tira o sustento. (Relato de morador. Transcrição de entrevista)

5 Metodologia

O trabalho foi realizado através uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, descritiva, com a utilização de entrevista com 50(cinquenta) moradores ribeirinhos, e aplicação de questionários com estudantes do Programa Projovem Adolescente, que se encontravam em estudos no Centro de Referência da Assistência Social CRAS do bairro, no total de 40(quarenta) alunos. Contemplou um público que reside na comunidade e outros às margens da lagoa, pois, esse trabalho se processou com o objetivo de conhecer e obter as respostas satisfatórias abordadas na pesquisa. Após a coleta de dados foram analisados os mesmos, para a conclusão deste trabalho, objetivando compreender as relações entre comunidade e meio ambiente, observando os comportamentos com visitas *in loco*, com registros fotográficos e anotações no diário de campo. Perceber os diversos fatores que contribuem para abandono do ecossistema e os impactos sofridos das formas mais variadas. Através da observação direta percebeu-se a presença de aguapés em uma quantidade bem expressiva, o que configura o grau de poluição das águas de forma indiscriminada, segundo os moradores.

6 Resultados e discussões

A Lagoa do Bebedouro recebe este nome pelo fato de muitos animais irem beber em suas águas. Observou-se que a mesma se encontra em estado de abandono pelo poder público e privado, em suas águas estão presentes vestígios de poluição, conforme relatado de moradores, pelo descarte do lixo doméstico e outros, desta forma precisa de intervenções urgentes, como fortalecer a educação patrimonial e ambiental na comunidade envolvendo um trabalho coletivo consistente e permanente.

A população que ali reside é uma comunidade simples, de baixa renda e de pouca escolarização, desconhecem a história desse patrimônio natural. Os resultados apresentados apontam que 100% dos entrevistados afirmaram que a lagoa é muito importante para a comunidade, 50% informaram que desconhecem a história da lagoa, 50% afirmam que o espaço deve ser revitalizado para acabar com esses problemas e melhorar a vida de todos. Quanto aos questionários os jovens responderam 50% acham que a lagoa é importante, 10% que lagoa está abandonada, 30% que o espaço deve ser revitalizado, 5% que a lagoa está poluída, 4% que ela precisa de cuidados, e 1% não sabem responder.

Com os resultados percebeu-se que a lagoa tem os seus problemas ambientais que afetam a população por bastante tempo. A pesquisa aponta que uma parcela considerável da população quer a revitalização do espaço,

e que a lagoa é importante para a comunidade. Os mesmos relatam que um trabalho de revitalização se iniciou em outras gestões municipais anteriores, como o calçadão em torno da lagoa, decoração de arte em espaços abertos, parques infantis, e construção de bares, mas não foram concluídos, deixando visível a deterioração do espaço.

Segundo os relatos dos envolvidos, confirmam que a população continua pescando na lagoa e comercializando os peixes às margens da mesma, sem nenhum acompanhamento da vigilância sanitária ou controle dessa prática. As crianças pescam também como forma de diversão e aparentemente verificou-se a presença de micoses na pele das mesmas, o que caracteriza que a água está imprópria para o consumo e para o banho. Animais e carros são constantemente lavados em suas águas o que implica no agravamento da poluição, como também a existência de posto de gasolina nas proximidades da mesma, o que remete uma grave ameaça de contaminação.

É necessário que a Educação Patrimonial e Ambiental sejam implantadas nas escolas da comunidade, através de mobilizações e ações educativas constantes, para que a reflexão-ação aconteça junto a esse público. Como também formar uma consciência coletiva de valorização e responsabilidades, imbuídas nos direitos para juntos reivindicarem aos poderes competentes o pleno exercício da cidadania.



Fig.03 Observação direta– lixo (Suzana) ano 2018

Durante a pesquisa constatou-se a existência de uma legislação municipal, a Lei Municipal nº 1.319 de 14 de dezembro de 1990, que proíbe sob pena de multa quem poluir a lagoa, mas mediante esses resultados, a mes-

ma não é respeitada. Considerando que a população não tem conhecimento da mesma, e também não é cumprida pelas autoridades competentes, o que favorece o agravamento dos problemas que contribuem para o aumento da poluição desse patrimônio natural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado possibilitou estudos significativos sobre Educação Patrimonial e Ambiental, em face das reflexões sobre a importância da Lagoa do Bebedouro para a comunidade São Vicente de Paula. Envolvendo a relação do homem e a natureza, mediante suas ações, e as formas de utilização desse patrimônio natural pelos moradores do bairro. Diante de todo esforço para a conclusão dessa pesquisa, percebeu-se a necessidade de investimentos nesses campos da educação nas escolas, envolvendo um trabalho coletivo, com ênfase nas políticas públicas e de sustentabilidade.

Nesse sentido, diante dos problemas apresentados, que os gestores responsáveis possam também contribuir de forma significativa com eficácia, na realização dos projetos de revitalização do espaço, que atenda os anseios da população e possa participar de forma efetiva, com responsabilidade para a preservação, conservação da lagoa considerada de suma importância para todos entrevistados, uma fonte de sobrevivência.

Portanto, o sentimento de pertencimento é primordial na conscientização dos atores sociais, no sentido de que esse patrimônio Cultural e Natural, seja respeitado e que possa estar a serviço da comunidade, que juntos vão se apropriando desse bem cultural em defesa da natureza.

A Educação Patrimonial e Ambiental trazem um significado bem amplo para a sociedade, permitindo que os indivíduos reflitam sobre seus comportamentos e ações, como parte integrante desse sistema, e devem contribuir num espírito de coletividade na valorização dos bens culturais e naturais, que são fundamentais para a troca de experiências, saberes, conhecimento, pesquisa e documentação.

Diante de muitos avanços no campo da educação para o meio ambiente, a Base Nacional Comum Curricular BNCC, pouco acrescenta em metodologias e práticas para serem trabalhadas nas escolas envolvendo essas temáticas, que são importantes ferramentas para a transformação social.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração*. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS-IBRAM. *Carta de Belém-PA – Princípios e Parâmetros para a criação e posterior implementação da Política Nacional de Educação Museal*. Disponível em: <http://fnm.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/Carta_Belem_PNEM_6FNM.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS-IBRAM. *Carta de Petrópolis. Subsídios para a construção de uma Política Nacional de Educação Museal*. Disponível em: <<http://boletim.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/07/Carta-de-Petropolis.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2019.
- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS-IBRAM. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL-PNEM. *Documento Final da Política Nacional de Educação Museal*. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Documento-Final-PNEM1.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2019.
- BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: Ciências Naturais /Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC /SEF, 1998.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *O que é o CONAMA?* Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/estr.cfm>>. Acesso em: 6 jun. 2019.
- BRASIL. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. *Carta de Belgrado*. Disponível em: <<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modulos/conteudo/conteudo.php?conteudo=71>>. Acesso: em 11 jun.2019.
- COIMBRA, J.A.A. *O outro lado do meio ambiente: uma incursão humanista na questão ambiental*. Campinas: Millenium, 2002.
- CUBA, Marcos Antonio. *Educação ambiental nas escolas*. ECCOM, v. 1, n. 2, p. 23-31, jul./dez., 2010.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GRUNBERG, E. *Educação Patrimonial – Utilização dos bens culturais como recursos educacionais*. São Paulo: [s.n.], 2000.
- HORTA, M. L. P.; GRUMBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. *Guia básico da Educação Patrimonial*. [S.l.]: MINC, IPHAN, 1999.

- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). O IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>. Acesso em: 6 de jun. 2019.
- INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA (IAB). *Educação Patrimonial*. Disponível em: <<http://www.arqueologia-iab.com.br/page/educacao-patrimonial>>. Acesso em: 28 de maio 2109.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MORIN, Edgar. *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa: Europa-América, 1985.
- ONG ASSOCIAÇÃO O ECO. *O que é o CONAMA*. Disponível em <<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27961-o-que-e-o-conama/>>. Acesso em: 6 jun. 2019
- REIGOTA, Marcos. *O que é educação ambiental?* 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- SACHS, I. *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1996.
- SILVA, J. A. da. *Direito ambiental constitucional*. São Paulo: Malheiros, 1999.
- VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Mediante, 2013.

Recebido em 27/07/2019

Aprovado em 02/08/2019